

Silvânia Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e Relatório dos auditores
independentes

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangente	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17



SILVANIA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“STE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2023.

1) A companhia

A Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “STE”), é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 24 de março de 2021 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1101, Centro, Rio de Janeiro. A Companhia foi constituída com o propósito de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia entrou parcialmente em operação em dezembro de 2023 obtendo os termos de liberação provisórios referente às seguintes instalações: (i) em 17 de dezembro de 2023: SE SLVÂNIA 500 KV; Seccionamento da LT 500KV SAMAMBAIA – ITUMBIARA dando origem a duas novas Linhas de Transmissão LT 500 kV SAMAMBAIA – SILVÂNIA C1 e LT SILVÂNIA – ITUMBIARA C2; Banco de Reatores de Barra 500 kV 3 x 50 MVar. (ii) ainda em 17 de dezembro de 2023 referente ao reforço (REA 10989/21): segundo Banco de Reatores de Barra 3 x 50 MVar. (iii) em 22 de dezembro de 2023: Nova linha de transmissão LT 500 kV SILVÂNIA – TRINDADE.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e



SILVANIA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em construção em km:	156
Tensão em kV:	500
Subestações próprias/acessadas:	2

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

A Resolução Homologatória nº 3.216 publicada em 4 de julho de 2023, estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia para o ciclo de 2023/2024 no valor de R\$ 37.734.722 (trinta e sete milhões, setecentos e trinta e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais), vide nota explicativa 1.2.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
• Liquidez geral	1,04	1,12
• Liquidez corrente	0,30	2,02
• Relação patrimônio líquido/ativo	4,28%	10,71%
• Relação passivo não circulante/ativo	52,60%	80,81%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	(212,73%)	2,53%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	34,19%	72,95%
Ativos Totais – R\$	653.880.650	351.040.265
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(59.592.172)	951.052

4) Governança corporativa



SILVANIA **TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2023 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança e criamos um novo departamento de Governança Corporativa que é composto por cinco gerências: Assuntos de Governança Corporativa, Regulatório de Relacionamento, Compliance e Privacidade, Cultura de Comunicação Corporativa e Gestão Administrativa e Supervisão. O novo departamento vai integrar divisões multidisciplinares e suas funções de gestão, fortalecendo a governança da empresa, de acordo com as melhores práticas do mercado.

O Grupo é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Em 2023, também introduzimos um novo sistema de governança que através da sua implementação a rastreabilidade e eficiência dos processos de tomadas das decisões foram aprimoradas.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos medidas relevantes como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes ao mesmo tempo que se preserva e promove a geração de valor. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a avaliação de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de promover o gerenciamento de riscos em toda organização conforme exigentes padrões de qualidade e alinhado com as melhores práticas e frameworks globais, visando à sustentabilidade corporativa, segurança de colaboradores e



SILVANIA **TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos relacionados à nossa estratégia corporativa bem como os fatores de riscos que permeiam nossas atividades e processos. A Matriz de Risco é constantemente atualizada e a SGBH monitora continuamente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Risks”), além de desenvolver o ambiente de controles internos de todos os riscos mapeados bem como a condução de trabalhos de auditoria interna que auxiliam na avaliação da efetividade destes controles e identificação de oportunidades de melhoria.

Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso e respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, ética e transparência nas relações com nossos colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros de negócio e concorrentes.

Em 2023, fizemos atualizações importantes neste documento, a fim de darmos destaque ao Canal de Ética e, ainda, criamos tópicos específicos sobre o nosso compromisso com os Direitos Humanos, combate ao Assédio Moral e Sexual no ambiente de trabalho, e luta contra Fraude e Corrupção. Além disso, para todos os tópicos, foram incluídos exemplos práticos da conduta esperada e do que não será tolerado pela SGBH, tornando assim, o Código de Ética e Conduta um guia claro e preciso para ser consultado a qualquer momento.

Com o objetivo aumentar a eficiência na condução do tema, também em 2023, criamos a Divisão de Compliance & Privacidade, parte do Departamento de Governança Corporativa.

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, o time de Compliance realiza treinamentos presenciais tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais, para todos os níveis hierárquicos. Além disso, o time de Compliance também é responsável por criar pílulas mensais abordando temas atuais de compliance enviados por e-mail, como privacidade e proteção de dados, igualdade racial e de gênero, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho.

O time de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por uma empresa independente que analisa o conteúdo dos relatos e, após análise inicial, os encaminha ao Time de Compliance, que conduz as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos críticos são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança. Em 2023 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.



SILVANIA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Em meados de 2022, a Companhia deu mais um grande e significativo passo na jornada ESG, com a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando que seu compromisso vai muito além da segurança operacional, e que suas práticas de meio ambiente, sustentabilidade e governança estarão cada vez mais alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o compromisso da Companhia de transmitir energia de forma sustentável e transparente, gerando valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 13 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada Pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

6) Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.



SILVANIA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa		
Auditor Independente	2023	2022
KPMG Auditores Independentes	43.275	54.566
Total	43.275	54.566

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

7) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 1º de março de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Silvânia Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Silvânia Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Silvânia Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes

Veja a Nota 4.3, 8 e 14 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.</p> <p>De acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto.</p> <p>A estimativa do valor do ativo de contrato, da receita de construção e da receita de remuneração envolveu, em seu reconhecimento inicial, o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Espera-se que as premissas utilizadas para mensuração e reconhecimento inicial permaneçam inalteradas para as mensurações prospectivas em datas-bases subsequentes.</p> <p>Devido à especificidade e relevância dos ativos de contrato, da receita de construção e da receita de remuneração reconhecidas em conjunto das demonstrações financeiras, além de possuírem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos a atualização dessas rubricas como assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Entendimento do desenho e implementação dos processos relevantes;(ii) Realizamos a leitura e inspeção dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço dos contratos;(iii) Verificação: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; e (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovados pela Companhia, permanecendo consistentes em relação as premissas utilizadas no exercício anterior;(iv) Realizamos inspeção documental dos custos incorridos durante o exercício;(v) Verificamos o acompanhamento orçamentário com as gastos incorridos da construção, para identificação de eficiência ou ineficiência a ser contabilizada por competência;(vi) Verificação se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados; e(vii) Avaliação se as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras considera, todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

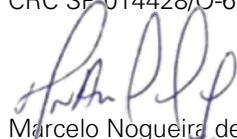
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Silvânia Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	44.958.295	51.969.063
Concessionárias e permissionárias	7	480.241	-
Contas a receber – partes relacionadas	19	765	8.080
Outros impostos a recuperar		41.920	18.039
Despesas antecipadas		34.025	33.933
Adiantamento a fornecedores		699.835	1.600.929
Ativos de contrato	8	39.391.587	6.459.173
		85.606.668	60.089.217
Ativo não circulante			
Ativos de contrato	8	568.257.155	290.900.196
Despesas antecipadas		16.827	50.852
		568.273.982	290.951.048
Total do ativo		653.880.650	351.040.265
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	9	10.202.294	26.828.789
Fornecedores - partes relacionadas	19	1.022.063	1.046.704
Empréstimos – partes relacionadas	11	270.393.486	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	10	201.829	282.373
Outros impostos a pagar	10	136.227	1.605.532
Dividendos propostos		-	9.035
		281.955.899	29.772.433
Passivo não circulante			
Financiamentos - terceiros	11	304.035.543	264.999.005
Impostos diferidos	12	39.876.749	18.664.196
		343.912.292	283.663.201
Patrimônio líquido	13		
Capital social		86.300.000	60.001.000
Capital a integralizar		-	(23.701.000)
Reserva legal		-	65.858
Reserva de lucros a realizar		-	1.238.773
Prejuízos acumulados		(58.287.541)	-
		28.012.459	37.604.631
Total do passivo		653.880.650	351.040.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Silvânia Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	14	304.152.086	261.558.186
Custo de construção operação	15	<u>(291.328.504)</u>	<u>(232.372.627)</u>
Lucro bruto		12.823.582	29.185.559
Despesas gerais e administrativas	16	<u>(3.246.134)</u>	<u>(1.752.042)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		9.577.448	27.433.517
Resultado financeiro	17	<u>(58.246.843)</u>	<u>(11.813.109)</u>
Receita financeira		3.588.017	19.388.214
Despesa financeira		<u>(61.834.860)</u>	<u>(31.201.323)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(48.669.395)	15.620.408
IRPJ e CSLL correntes	18	(1.214.803)	(6.308.181)
IRPJ e CSLL diferidos	18	<u>(9.707.974)</u>	<u>(8.361.175)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do Exercício		<u>(59.592.172)</u>	<u>951.052</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Silvânia Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(59.592.172)	951.052
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes	<u>(59.592.172)</u>	<u>951.052</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Silvânia Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Reserva de Lucros					Total
	Capital social	Capital a integralizar	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	60.001.000	(23.701.000)	18.305	344.309	-	36.662.614
Lucro líquido do período	-	-	-	-	951.052	951.052
Constituição de Reserva Legal (Nota explicativa 13).	-	-	47.553	-	(47.553)	-
Dividendos Propostos (Nota explicativa 13).	-	-	-	-	(9.035)	(9.035)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros a realizar (Nota explicativa 13).	-	-	-	894.464	(894.464)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	60.001.000	(23.701.000)	65.858	1.238.773	-	37.604.631
Integralização de capital	-	23.701.000	-	-	-	23.701.000
Aumento de capital	26.299.000	-	-	-	-	26.299.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(59.592.172)	(59.592.172)
Reserva especial de lucros a realizar	-	-	-	(1.238.773)	1.238.773	-
Reserva legal	-	-	(65.858)	-	65.858	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	86.300.000	-	-	-	(58.287.541)	28.012.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Silvânia Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		(48.669.395)	15.620.408
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros sobre financiamento – terceiros	11	38.793.111	30.504.532
Juros sobre empréstimos – partes relacionadas	11	17.533.896	-
Custos de transação do financiamento	11	243.427	(505.527)
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		(480.241)	-
Contas a receber – partes relacionadas		7.315	(8.080)
Ativo de contrato		(310.289.373)	(280.842.768)
Outros impostos a recuperar		(23.881)	(18.039)
Adiantamento a fornecedores		901.094	(1.600.929)
Despesas antecipadas		33.933	33.933
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros		(16.626.497)	25.682.008
Fornecedores – partes relacionadas		(24.640)	(141.942)
Impostos e contribuições sociais		10.534.345	380.905
Pis e Cofins diferido		21.212.553	18.269.711
Outros impostos pagos		<u>(22.271.831)</u>	<u>(11.199.300)</u>
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		(309.126.184)	(203.825.088)
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(735.139)</u>	<u>(2.004.295)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(309.861.323)	(205.829.383)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	13	50.000.000	-
Financiamentos captados – terceiros	11	-	235.000.000
Empréstimos captados – partes relacionadas	11	252.859.590	-
Dividendos pagos	13	<u>(9.035)</u>	<u>(3.478)</u>
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento		<u>302.850.555</u>	<u>234.996.522</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(7.010.768)</u>	<u>29.167.139</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>51.969.063</u>	<u>22.801.924</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>44.958.295</u>	<u>51.969.063</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Informações gerais

A Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “STE”), é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 24 de Março de 2021 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1101, Centro, Rio de Janeiro.

A Companhia foi constituída com o propósito de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia entrou parcialmente em operação em dezembro de 2023 obtendo os termos de liberação provisórios referente às seguintes instalações: (i) em 17 de dezembro de 2023: SE SILVÂNIA 500 KV; Seccionamento da LT 500KV SAMAMBAIA – ITUMBIARA dando origem a duas novas Linhas de Transmissão LT 500 kV SAMAMBAIA – SILVÂNIA C1 e LT SILVÂNIA – ITUMBIARA C2; Banco de Reatores de Barra 500 kV 3 x 50 MVar. (ii) ainda em 17 de dezembro de 2023 referente ao reforço (REA 10989/21): segundo Banco de Reatores de Barra 3 x 50 MVar. (iii) em 22 de dezembro de 2023: Nova linha de transmissão LT 500 kV SILVÂNIA – TRINDADE.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

Apesar do prejuízo apresentado no exercício de 2023 e de sua fase pré-operacional ter gerado um Capital Circulante Líquido (CCL) negativo, a Companhia possui indicativos de que os benefícios econômicos futuros serão suficientes para sua recuperação. Conforme informado no item 1, a Companhia iniciou parcialmente suas operações em dezembro de 2023, tendo direito ao recebimento proporcional da RAP (Receita Anual Permitida) a partir de Janeiro/24, e com previsão de entrada em operação total em junho/24, recebendo dessa forma 100% da RAP, reforçando assim seu fluxo de caixa. A receita da operação possui baixo índice de inadimplência e tem os valores atualizados anualmente a cada ciclo.

1.1 Da concessão

Em 17 de dezembro de 2020 a SGBH venceu o Leilão ANEEL nº 001/2020 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$30.186.000 e deságio de 46,07% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 14 de maio de 2021, pelo prazo de 30 anos.

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Goiás:

- (i) Implementação de trecho de linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, entre o ponto de seccionamento da LT 500 kV Samambaia – Emborcação C1 e a subestação Silvânia. As

ENTRADAS DE LINHA correspondentes na subestação Silvânia e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações existentes.

- (ii) Implementação de trecho de linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, entre o ponto de seccionamento da LT 500 kV Samambaia - Itumbiara C1 e a subestação Silvânia e a aquisição de equipamentos necessários às linhas modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações existentes.
- (iii) Dimensionar e implantar um cabo de para-raios OPGW na LT 500kV Samambaia – Itumbiara C1 em ambos os trechos de linha entre o ponto de seccionamento e as subestações terminais da LT existente, bem como dois cabos para-raios OPGW no trecho entre o ponto de seccionamento e SE Silvânia.
- (iv) Dimensionar e implantar um cabo de para-raios OPGW na LT 500kV Samambaia – Emborcação C1 em ambos os trechos de linha entre o ponto de seccionamento e as subestações terminais da LT existente, bem como dois cabos para-raios OPGW no trecho entre o ponto de seccionamento e SE Silvânia.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP do contrato de concessão foi determinada em R\$ 30.186.000 (trinta milhões e cento e oitenta e seis mil reais) (valor histórico). A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e Taxa Referencial de Mercado (“TRM”), definida no contrato.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 36.305.788 (trinta e seis milhões, trezentos e cinco mil, setecentos e oitenta e oito reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 4 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 37.734.722 (trinta e sete milhões, setecentos e trinta e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Reforço

Em 14 de Dezembro de 2021, a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) autoriza a Silvânia Transmissora de Energia S.A., através da Resolução Autorizativa nº 10.989, a implantar reforços na SE Silvânia – instalação do 2º banco de reatores de barra 500kV, 3x50Mvar com RAP determinada em R\$ 5.505.366,70 (cinco milhões e quinhentos e cinco mil e trezentos e sessenta e seis reais e setenta centavos) a saber:

- (i) Instalação de um banco de reatores de barra monofásicos RT3 500 kV - 3x50Mvar;
- (ii) Instalação de um módulo de conexão com disjuntor, em 500kV, para o reator de barra RT3 500kV - 3x50 Mvar;
- (iii) Instalação de uma interligação de barramentos IB4, em 500 kV, arranjo Disjuntor e Meio;
- (iv) Complementação ao módulo de infraestrutura geral com um módulo de infraestrutura de manobra na SE Marimondo II para instalação do 2º reator de barra 3x45,3 MVA, 500kV, incluindo aquisição de terreno para a ampliação.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP do reforço em R\$ 6.151.213 (seis milhões, cento e cinquenta e um mil, duzentos e treze reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 4 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP do reforço em R\$ 6.393.314 (seis milhões, trezentos e noventa e três mil, trezentos e quatorze reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

2 Base de preparação e apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 1º de março de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de

crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A entidade adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Além disso, o Grupo adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas na Nota 4 em determinados casos (consulte a nota explicativa 3.1 para obter mais informações).

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias

4.3 Ativo de Concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho

de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5 Impostos

Impostos incidente sobre a receita da transmissão de energia elétrica

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%.

Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Impostos correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% e 32% para IRPJ e 12% e 32% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no

trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

4.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10 Receita operacional

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- (a) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) **Receita de operação e manutenção** – Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

4.11 Instrumentos financeiros

a. *Ativos financeiros*

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.12 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.13 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da companhia.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 9, a Companhia possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a covenants específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

b) Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

c) Outras normas Contábeis

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

6 Caixa e equivalentes de caixa

31/12/2023

31/12/2022

Bancos	120.902	182.965
Aplicações financeiras (i)	<u>44.837.393</u>	<u>51.786.098</u>
	<u>44.958.295</u>	<u>51.969.063</u>

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado e ofereceram em 2022 uma remuneração atrelada à taxa de 101,75% (banco Santander) e entre 103 e 105,75% (banco BTG Pactual) do CDI, este último dependendo do período das aplicações. Já em 2023 foi oferecida uma remuneração atrelada à taxa de 99% (banco Santander) e entre 101,25 e 103,75% (banco BTG Pactual) do CDI, este último dependendo do período das aplicações.

7 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	480.241	-
Vencidas até 30 dias	-	-
Vencidas até 60 dias	-	-
Vencidas até 90 dias	-	-
Vencidas há mais de 90 dias	<u>-</u>	<u>-</u>
	480.241	-
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>480.241</u>	<u>-</u>

8 Ativo de contrato

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	39.391.587	6.459.173
Não Circulante	<u>568.257.155</u>	<u>290.900.196</u>
	<u>607.648.742</u>	<u>297.359.369</u>

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	297.359.369	16.516.601
Receita de construção	281.769.934	264.830.265
Receita de remuneração (i)	33.827.137	6.636.457
Receita de operação e manutenção (ii)	70.668	-
Recebimentos (iii)	(473.786)	-
Adiantamento à fornecedores (iv)	<u>(4.904.582)</u>	<u>9.376.046</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	<u>607.648.742</u>	<u>297.359.369</u>

- (i) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que consequentemente aumenta a receita de remuneração.

(ii) Valor refere-se à receita de O&M, iniciada em dez-23 com a entrada parcial da Companhia em operação, atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção.

(iii) Recebimentos de RAP referente à entrada parcial da Companhia em operação em dezembro de 2023.

(iv) Variação refere-se à grande quantidade de quitações realizadas nos adiantamentos durante o ano de 2023 pela proximidade da entrada em operação (iniciada parcialmente em dez-23) e, conseqüentemente dos encerramentos de contratos.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

9 Fornecedores - terceiros

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores relacionados à construção (i)	10.043.103	26.583.181
Gastos ambientais e fundiários (i)	79.482	222.309
Serviços	79.709	23.299
	<u>10.202.294</u>	<u>26.828.789</u>

(i) Variação refere-se substancialmente ao final da fase de construção do projeto, e conseqüentemente com a diminuição de pagamentos, e à proximidade da entrada em operação (iniciada parcialmente em dezembro de 2023).

10 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ	135.878	56.691
CSLL	65.951	225.682
	201.829	282.373

Outros impostos

	31/12/2023	31/12/2022
ICMS (i)	93	1.040.434
INSS (i)	67.117	129.649
ISS (i)	32.672	416.250
COFINS (ii)	14.407	-
IRRF retido na fonte (i)	9.456	5.518
Pis/Cofins/CSLL (i)	9.360	13.681
PIS (ii)	3.122	-
	136.227	1.605.532

- (i) Variação refere-se ao final da fase de construção do projeto, e conseqüentemente com a diminuição de pagamentos e recolhimento de impostos incidentes.
- (ii) Variação refere-se devido ao faturamento iniciado em dez-23 com a entrada em operação parcialmente.

11 Empréstimos e financiamentos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor (c)	Encargos	31/12/2023	31/12/2022
Mútuo SGBH	Fev/23	Mar/24	N/A	1,10% CDI	270.393.486	-
Debêntures	Jan/22	Jan/25	SGBH	1,40% CDI	304.035.543	264.999.005
					574.429.029	264.999.005
Circulante					270.393.486	-
Não circulante					304.035.543	264.999.005
					574.429.029	264.999.005

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2022	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Custo de transação	Saldo final Bruto 31/12/2023
Mútuo SGBH	-	17.533.896	-	252.859.590	-	270.393.486
Debêntures	264.999.005	38.793.111	-	-	243.427	304.035.543
Total	264.999.005	56.327.007	-	252.859.590	243.427	574.429.029

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2022
Debêntures	-	30.504.532	-	235.000.000	(505.527)	264.999.005
Total	-	30.504.532	-	235.000.000	(505.527)	264.999.005

Mútuo SGBH

Em 8 de fevereiro de 2023 foi assinado o Instrumento Particular de Contrato de Mútuo Financeiro entre a Silvânia Transmissora de Energia S.A. e a State Grid Brazil Holding S.A., na quantia total de R\$ 260.000.000 (duzentos e sessenta milhões de reais), com prazo de vigência até 30 de setembro de 2023. A celebração deste contrato foi precedida da aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do Anexo V da Resolução Normativa nº 948 de 16 de janeiro de 2021. Sobre o montante desembolsado, incidem juros equivalentes a 110% de CDI ao ano, com pagamento e amortização de principal a serem realizados em parcela única, na data de seu vencimento.

Em 30 de setembro de 2023, as partes decidiram prorrogar o prazo de vigência do referido contrato em 181 (cento e oitenta e um) dias corridos, permanecendo o mesmo vigente até 29 de março de 2024, mantendo-se os demais termos e condições contratados.

Debêntures

Em 18 de janeiro de 2022 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Silvânia Transmissora de Energia S.A., com desembolso em 31 de janeiro do mesmo ano totalizando o valor de R\$ 235.000.000 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais), com amortização a ser realizada em parcela única, na data do vencimento, em 25 de janeiro de 2025.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a CDI + 1,40% a.a., os juros remuneratórios serão pagos em uma única parcela, na Data de vencimento das Debêntures.

c) Garantias (debêntures)

- Fiança corporativa da State Grid Brasil Holding (SGBH).

12 Impostos passivos diferidos

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
Pis e Cofins diferidos	<u>21.627.063</u>	<u>10.122.484</u>
Pis diferido	3.851.395	1.802.634
Cofins diferido	17.775.668	8.319.850
IR e CSLL diferidos	<u>18.249.686</u>	<u>8.541.712</u>
IR diferido	11.850.445	5.546.566
CSLL diferido	6.399.241	2.995.146
	<u>39.876.749</u>	<u>18.664.196</u>

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 29 de novembro, em 4 de dezembro e em 8 de dezembro de 2023 foram integralizados respectivamente R\$ 9.000.000, dividido em 9.000.000 ações ordinárias nominativas, R\$ 8.000.000, dividido em 8.000.000 ações ordinárias nominativas e R\$ 6.701.000, dividido em 6.701.000 ações ordinárias nominativas. Assim, as integralizações representaram um aumento de capital total de R\$ 23.701.000 (vinte e três milhões e setecentos e um mil reais), divididos em 23.701.000 ações.

Em 12 de dezembro de 2023 foi aprovado o aumento de R\$ 26.299.000 (vinte e seis milhões duzentos e noventa e nove mil reais) mediante a emissão de R\$ 26.299.000 (vinte e seis milhões duzentos e noventa e nove mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, a serem integralizadas até 28 de dezembro de 2023 conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 86.300.000 (oitenta e seis milhões e trezentos mil reais) dividido em 86.300.000 ações ordinárias nominativas subscritas.

	2023 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	<u>100,00%</u>
	<u>100%</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer outra destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de lucros a realizar

A Companhia destinou para a conta de reserva de lucros a realizar, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

d. Dividendos mínimo obrigatórios

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(prejuízo) líquido do período	(59.592.172)	951.052
Reserva legal (5%)	<u>-</u>	<u>47.553</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>-</u>	<u>903.499</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>-</u>	<u>9.035</u>
Constituição da reserva de lucros a realizar	<u>-</u>	<u>894.464</u>

Foram efetuadas as aprovações de pagamento de dividendos obrigatórios que foram pagos ao longo de 2022 e 2023 conforme demonstrado abaixo:

Órgão aprovador	Data aprovação	Pagamento em 2023	Pagamento em 2022
AGO	26/04/2022	-	3.478
AGO	26/04/2023	9.035	-
	Total	9.035	3.478

14 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	<u>315.674.194</u>	<u>271.466.721</u>
Remuneração dos ativos de contrato (i)	33.827.137	6.636.456
Receita de construção	281.769.934	264.830.265
Receita de operação e manutenção (ii)	70.668	-
Ajustes de receitas variáveis	6.455	-

Deduções da receita operacional	<u>(11.522.108)</u>	<u>(9.908.535)</u>
PIS (corrente e diferido)	(2.051.882)	(1.764.534)
COFINS (corrente e diferido)	<u>(9.470.226)</u>	<u>(8.144.001)</u>
	<u>304.152.086</u>	<u>261.558.186</u>

(i) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que conseqüentemente aumenta a receita de remuneração.

(ii) Valor refere-se a receita de O&M, iniciada em dez-23 com a entrada parcial da Companhia em operação, atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção.

15 Custo de construção e operação

	31/12/2023	31/12/2022
Custo de construção (i)	<u>(291.328.504)</u>	<u>(232.372.627)</u>
	<u>(291.328.504)</u>	<u>(232.372.627)</u>

(i) Variação refere-se substancialmente ao aumento de capex devido à eminência da entrada em operação em 2023 (a Companhia entrou parcialmente em operação em dez-23).

16 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(2.022.407)	(1.099.227)
Serviços de terceiros	(481.075)	(355.430)
Arrendamentos e Aluguéis (i)	(231.168)	(127.337)
Administradores (i)	(249.995)	(48.462)
Materiais	(59.788)	(34.796)
Tributos	(11.800)	(20.202)
Outros (i)	<u>(189.901)</u>	<u>(66.588)</u>
	<u>(3.246.134)</u>	<u>(1.752.042)</u>

(i) Variação refere-se devido à entrada da STE apenas em julho de 2022 no contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura (Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016) entre a SGBH e suas controladas.

17 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	<u>3.588.017</u>	<u>19.388.214</u>
Receita de aplicações financeiras (i)	2.485.184	19.383.991
Atualização monetária (ii)	512.927	-
Outras receitas financeiras (iii)	589.906	4.223

Despesa financeira	(61.834.860)	(31.201.323)
Juros sobre debêntures (iv)	(38.793.111)	(30.504.532)
Juros sobre mútuo SGBH (v)	(17.533.896)	-
IOF, comissões e taxas (vi)	(5.370.970)	(277.353)
Outras despesas financeiras (vii)	(136.883)	(419.438)
	(58.246.843)	(11.813.109)

- (i) Variação refere-se substancialmente à diminuição das aplicações em CDB/CDI ao longo do ano de 2023.
- (ii) Variação refere-se à atualização dos depósitos judiciais em 2023 referente aos processos de servidão.
- (iii) Variação refere-se ao desconto obtido no contrato com o fornecedor Shemar Latam em 2023.
- (iv) Variação refere-se aos juros das debêntures atrelado à taxa CDI que teve aumento em 2023 em relação ao ano de 2022.
- (v) Valor refere-se aos juros do contrato de mútuo entre STE e SGBH celebrado em fevereiro de 2023.
- (vi) Variação refere-se à celebração do contrato de mútuo entre STE e SGBH em fevereiro de 2023, e conseqüentemente, do aumento da incidência de IOF nos desembolsos, em especial, sobre a incidência deste na extensão do contrato entre as partes de novembro/23 para março/24.
- (vii) Variação refere-se à redução dos custos de transações em 2023 referente à emissão das debêntures em janeiro-22.

18 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro presumido)

Apuração IRPJ	31/12/2023	31/12/2022
Receitas brutas (i)	480.241	-
Base de cálculo (8%)	38.419	-
Outras receitas (ii)	3.594.583	18.624.065
Base de cálculo	3.633.002	18.624.065
IR devido	(885.613)	(4.632.015)
(+) IR diferido / Outros	(6.303.879)	(5.429.334)
Total de IRPJ	(7.189.492)	(10.061.349)
Apuração CSLL	31/12/2023	31/12/2022
Receitas brutas (i)	480.241	-
Base de cálculo (12%)	57.628	-
Outras receitas (ii)	3.594.583	18.624.065
Base de cálculo	3.652.211	18.624.065
CSLL devido	(329.190)	(1.676.166)
(+) CSLL diferido / Outros	(3.404.095)	(2.931.841)
Total de CSLL	(3.733.285)	(4.608.007)
Total de IRPJ/CSLL	(10.922.777)	(14.669.356)
Total de IRPJ/CSLL corrente	(1.214.803)	(6.308.181)
Total de IRPJ/CSLL diferido	(9.707.974)	(8.361.175)

- (i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.
- (ii) Variação refere-se substancialmente à diminuição das aplicações em CDB/CDI ao longo do ano de 2023.

19 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

19.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	<u>765</u>	<u>8.080</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	765	8.080

19.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - partes relacionadas	<u>1.022.063</u>	<u>1.046.704</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	1.016.063	1.046.704
Aluguel (ii)	6.000	-
Empréstimos - partes relacionadas	<u>270.393.486</u>	<u>-</u>
Mútuos SGBH (iii)	270.393.486	-

19.3 Resultados

a) Despesas	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	<u>2.941.804</u>	<u>1.471.504</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	2.730.987	1.350.545
Aluguel (ii)	210.817	120.959

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Apenas em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação entre os exercícios de 2023 e 2022.
- (ii) Saldo refere-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio. Variação deve-se ao início do contrato apenas em julho de 2022.
- (iii) Saldo a pagar referente ao contrato de mútuo (principal + juros) entre STE e SGBH celebrado em fevereiro-23.

19.4 Remuneração da Administração

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do exercício foram obtidas de acordo com o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, e estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário (CLT + Pro labore)	300.036	121.854
Benefícios Diretos e Indiretos	50.607	19.835
Encargos (INSS, FGTS)	147.179	54.785
Provisões (13, férias e bônus)	189.113	114.814
Valor total da remuneração	686.935	311.288

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

20 Instrumentos Financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 20.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

20.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	44.958.295	51.969.063
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	7	480.241	-
Contas a receber – partes relacionadas	19	765	8.080
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores terceiros	9	10.202.294	26.828.789
Fornecedores - partes relacionadas	19	1.022.063	1.046.704
Empréstimos - partes relacionadas	11	270.393.486	-

20.2 Instrumentos financeiros que são exigidas divulgações do valor justo

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os pagamentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo.

Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo:

- **Saldo contábil:** R\$ 304.035.543
- **Cálculo valor justo:** R\$ 305.878.760

A Companhia considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

21 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	44.958.295	51.969.063
Concessionária e Permissionárias	480.241	-
Contas a receber partes relacionadas	765	8.080
Passivos Financeiros		
Empréstimos – partes relacionadas	270.393.486	-
Financiamentos - terceiros	304.035.543	264.999.005

22 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

23 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade Civil	Risco Civil	20.000.000	20.000.000
Seguro Garantia	Risco operacional	<u>21.221.800</u>	<u>21.221.800</u>
Total Seguros		<u>41.221.800</u>	<u>41.221.800</u>

24 Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 17.094.602 (dezesete milhões e noventa e quatro mil e seiscentos e dois reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
STE-PM-2021-4187	Prysmian	OPGW Cabos e Projeto	19/11/2021	210.904
STE020225952	Fibra Telecom	OPGW Change	31/03/2022	81.321
STE-PM-2021-4107	Marte	Projeto básico e executivo	17/06/2021	494.676
STE-PM-2021-4160	Marte	Projeto de estrutura	15/10/2021	155.925
STE-PM-2022-6222	SAE TOWERS	ferragens de cadeias e acessórios para cabos condutores e pára-raios	20/05/2022	359.617
STE-PM-2022-6309	PRYSMIAN	cabos de para-raios e cabos de OPGW	20/05/2022	674.412
TFD_2023_0036	Topografia BSB	Serviços de Topografia	01/11/2023	52.700

STE-PM-2021-4126	CET	EPC - Subestação	14/07/2021	7.395.688
STE-PM-2021-4144	TRACTEBEL	Projeto Executivo	28/09/2022	79.088
STE-PM-2022-7859	BRAFER	Estruturas de aço	28/11/2022	129.119
STE-PM-2022-7766	JWZN/EPEI	Reator seco	21/12/2022	1.000.000
STE-PM-2022-8485	Lotus	Telecom and CFTV	13/01/2023	29.097
STE-PM-2023-8596	GRID SOLUTIONS	Disjuntores	10/02/2023	338.088
TFD_SS_2023_0010	Metta	Eletrocentro	25/05/2023	69.080
TFD_SS_2023_0011	Maxxweld	Conectores	27/06/2023	232.474
TFD_SS_2023_0017	PROELT Cubiculos	Cubiculos	23/06/2023	50.402
TFD_SS_2023_0018	PROELT Paineis	Paineis CA e CC	23/06/2023	113.289
TFD_SS_2023_0013	Tamura 0013	Trafo baixa tensão	23/06/2023	7.348
TFD_SS_2023_0014	Tamura 0014	Trafo media tensão	23/06/2023	266.590
TFD_SS_2023_0015	Himoinsa	GMG	23/06/2023	264.578
TFD_SS_2023_0016	Alpha	Baterias e Retificadores	23/06/2023	72.604
TFD_SS_2023_0019	Condu spar	Fornecimento de cabos de controle	23/06/2023	488.051
TFD_SS_2023_0025	LUZION	Comissionamento	18/09/2023	6.744
TFD_SS_2023_0028	ELLAN	SPCS	28/11/2023	27.457
STE-PM-2023-8983	SMART Direto	SPCS	23/03/2023	206.960
PO-002419	RV Projtos	Projeto de combate a incendio	06/07/2023	7.100
STE-PM-2021-4418	E-guana	SIGET	09/12/2021	23.685
STE-AD-2022-7893	CET	Contrato EPC _ projeto de reforço	06/10/2022	1.306.169
STE-PM-2022-8137	JWZN/EPEI	Reator a Seco	21/12/2022	795.000
STE-PM-2022-8473	Smart	SPCS	28/02/2023	1.844.792
STE-PM-2022-7845	Tractebel	Projeto básico e Executivo	18/01/2023	59.879
TFD_SS_2023_0008	Condex	Cabos	15/03/2023	169.957
TFD_SS_2023_0007	Texpi	Isolador	13/05/2023	81.807

17.094.602

Cronograma de vencimento

	Em R\$
2024	17.094.602
2025	-
2026 em diante	-
	17.094.602

25 Provisão para contingências

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que há duas ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “possível”.

Os valores em questão são oriundos de dois procedimentos administrativos ambientais em curso: (i) procedimento 140261/2022 referente a uma multa de R\$16.522,68 (dezesesseis mil e quinhentos e vinte e dois reais e sessenta e oito centavos) aplicada pela Secretaria do Meio Ambiente de Silvânia/GO; (ii) processo administrativo 202300017003012, auto de infração iniciado pela Secretária do Meio Ambiente do Estado de Goiás (SEMAD/GO) no valor de R\$ 409.825,76 (quatrocentos e nove mil e oitocentos e vinte cinco reais e setenta e seis centavos). Ambos os casos tem como fato gerador uma suposta irregularidade no sistema de drenagem da Subestação construída em Silvânia/GO.

26 Eventos Subsequentes

Em 29 de fevereiro de 2024 será realizada a unitização parcial de STE referente às seguintes instalações que entraram em operação: (i) em 17 de dezembro de 2023: SE SILVÂNIA 500 KV; Seccionamento da LT 500KV SAMAMBAIA – ITUMBIARA dando origem a duas novas Linhas de Transmissão LT 500 kV SAMAMBAIA – SILVÂNIA C1 e LT SILVÂNIA – ITUMBIARA C2; Banco de Reatores de Barra 500 kV 3 x 50 MVar. (ii) ainda em 17 de dezembro de 2023 referente ao reforço (REA 10989/21): segundo Banco de Reatores de Barra 3 x 50 MVar. (iii) em 22 de dezembro de 2023: Nova linha de transmissão LT 500 kV SILVÂNIA – TRINDADE.

Em 29 de março de 2024 finda a vigência do Instrumento Particular de Contrato de Mútuo Financeiro entre a Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“STE”) e sua controladora State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”). A Companhia estuda substituir a referida operação, parcial ou integralmente, por um novo empréstimo com perfil de curto ou longo prazo, a ser definido pelas opções favoráveis de mercado no momento da pretendida emissão.

Xi Zongyue
Diretor Presidente

Ricardo Félix
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2